América nua

» CRISTOVAM BUARQUE
Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

Donald Trump foi eleito com o lema "America First", mas governa promovendo a "America Naked" (América nua). Faz o strip-tease da democracia norte-americana, como se a Estátua da Liberdade estivesse se despindo diante do mundo. Para começar, se desfaz da tocha que usa desde 1886 como ícone de boas-vindas aos imigrantes e impõe muros, deportações e mortes, divide famílias, tratando imigrantes como invasores indesejáveis, não gente.

Despe-se da máscara de intervenções em outros países travestidas de intenções democráticas e assume a face autêntica de roubar petróleo, terras raras e territórios. Quase todos os seus presidentes agiram de forma semelhante com discursos dissimulados. John Kennedy impôs o bloqueio a Cuba. Lyndon Johnson e Richard Nixon colocaram porta-aviões no litoral para apoiar golpes, inclusive no Brasil, impor ditaduras sempre sob discurso de promover democracia.

A ameaça de ocupar a Groenlândia apenas repete a história. Em 1848, o presidente James K. Polk invadiu e incorporou aos Estados Unidos parte considerável do território mexicano, dando origem aos atuais estados do Texas, Califórnia, Nevada, Utah, Arizona, Novo México e partes do Colorado e do Wyoming. Em 1867, o presidente Andrew Johnson comprou o Alasca da Rússia, ampliando o território dos Estados Unidos em cerca de 30%. Naquele mesmo ano, houve tentativa de comprar a Groenlândia.

Trump desnuda a roupa da liberdade de opinião quando revoga vistos por divergências políticas antigas com a vestimenta de proteger a democracia contra a União Soviética. O mesmo ocorre quando tenta controlar universidades e cortar verbas de instituições que não se enquadrem no negacionismo anticientífico.

Embora, desde Monroe, a América Latina tenha sido tratada como protetorado, com "veias abertas" e "mentes tapadas", nenhum outro presidente aceitaria posar simbolicamente como "presidente interino" de um país latino-americano. Trump não se constrange ao expor o imperialismo norte-americano em sua nudez, sem máscara, sem roupa. É um imperialista sem hipocrisia.

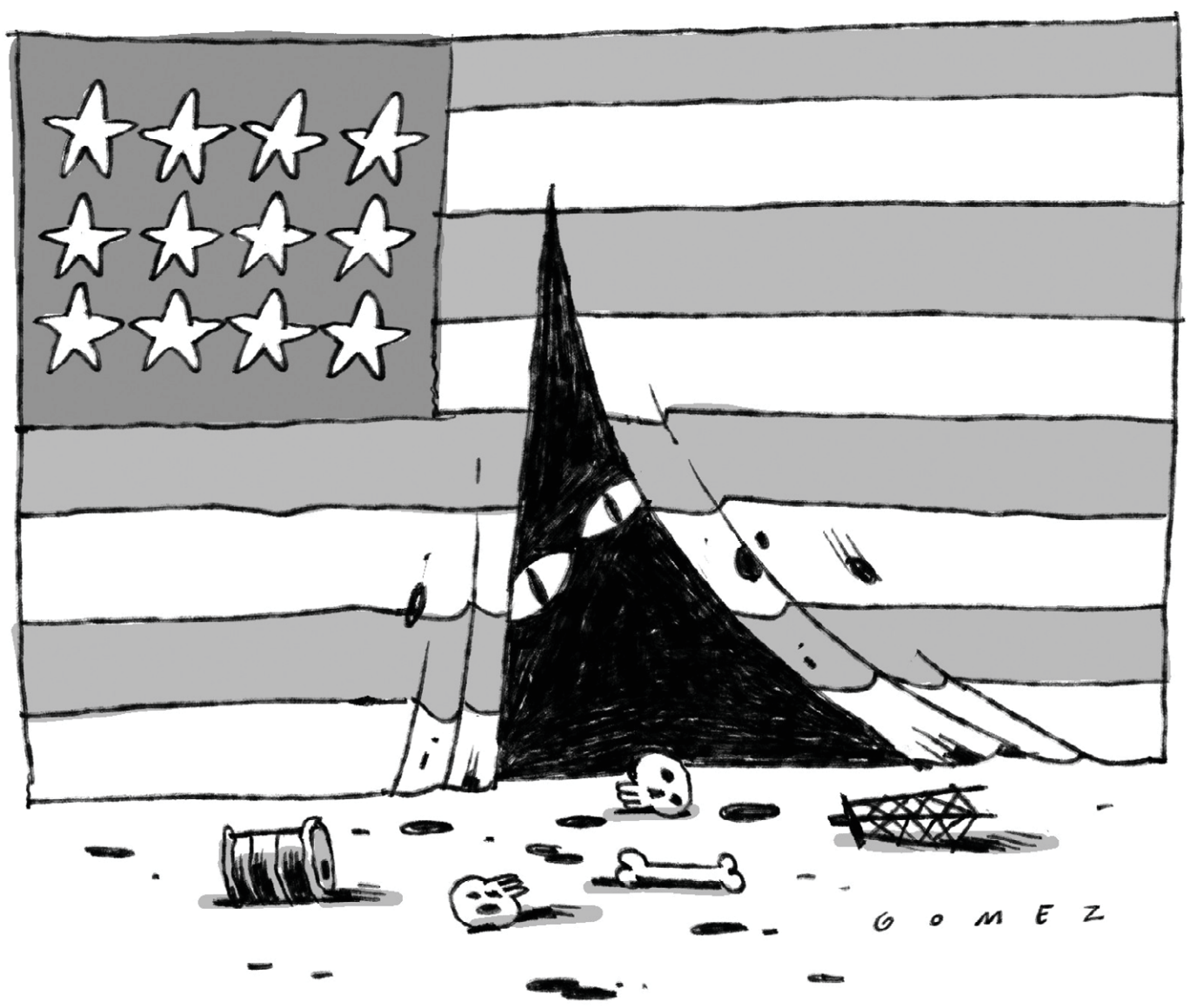
O que talvez Trump não perceba é que, ao desnudar a América, desnuda a própria democracia nacional, estabelecida de forma inspiradora há 250 anos. Ao perseguir estados governados por opositores do partido democratas, Trump desnuda o próprio conceito fundador dos Estados Unidos como união de estados cooperantes. Acena para a subversão maior de substituir Estados Unidos por república americana, com um líder que manipula a lei para impor o que ele deseja, tipo candidato a imperador.

Desnuda-se da hipócrita fantasia de que o "american way of life" pode chegar a todos, americanos e estrangeiros. Não esconde que, para manter seu nível de vida, é preciso apropriar-se de petróleo, terras raras e territórios, expulsar imigrantes e cortar benefícios sociais dos norte-americanos pobres — seus "instrangeiros", estrangeiros sociais.

Ao desprezar o multilateralismo e as questões ambientais em um mundo globalizado, desnuda o que restava de humanismo em sua democracia. Ameaça a humanidade, mas atende ao desejo da maioria do eleitorado. Desnuda o "Make America Great Again" ao assumir que sua América é para poucos, e nela não cabem imigrantes geográficos nem imigrantes geracionais que ainda não nasceram. Mostra a nudez de uma democracia que é apenas eleitorcracia nacional. Desfaz a ilusão de que a maioria dos eleitores representa o povo e que o povo representa a humanidade. Ao tratar com desdém a crise ecológica, ele representa o eleitor com automóvel que prefere gasolina mais barata no próximo mês a evitar a elevação do nível do mar nas próximas décadas. O que ele diz e faz é o que uma parcela expressiva do eleitorado deseja ver e ouvir.

Trump não é a causa; é a consequência. Surge como o maestro do strip-tease da democracia americana na era da escassez: quando já não há espaço para imigrantes estrangeiros, nem para os pobres nacionais, nem para as futuras gerações. Mas, na nudez do sistema, ele mostra que a democracia corre o risco de se reduzir a uma eleitorcracia nacional, sem valores humanistas.

Ao despir a democracia norte-americana, Trump pode despertar democratas ainda humanistas a perceberem que a soberania do eleitor egoísta e imediatista de um país leva ao divórcio entre democracia e humanismo, e que uma "humanocracia" requer novos rumos para a civilização, sobretudo uma democracia em que os eleitores nacionais e imediatistas tenham freios humanistas, planetários e de longo prazo.



Porque os palestinos dizem não

» ZEVI GHIVELDER
Jornalista

No ano que passou, Donald Trump e Benjamin Netanyahu tiveram seis encontros presenciais. No último, há pouco, Trump foi particularmente enfático na entrevista conjunta que concedeu depois da reunião. Disse que, se o Hamas não se desarmasse num breve período, conforme acordado, sofreria terríveis consequências. A irritação de Trump foi procedente, mesmo correndo o risco de ser mais uma de suas bravatas. O Hamas permanecendo armado, dois meses depois do cessar-fogo, significa o fracasso do plano de 20 pontos para Gaza apresentado por Trump e acolhido sob aplausos no Conselho de Segurança.

Falta algum conselheiro ou diplomata experiente dizer ao presidente americano que negociar com Zelensky e Putin é muito diferente e distante de negociar com o Hamas ou qualquer outra entidade islâmica numa região onde avulta o fundamentalismo islâmico radical.

O mundo inteiro sabe que o Hamas desarmado seria a um passo objetivo para a criação do Estado palestino e uma gloriosa consagração para Trump em seu segundo mandato. O presidente americano sabe que a criação do dito Estado esteve muito próxima de ser concretizada no final do governo do democrata Bill Clinton e, por isso, quer trazer essa conquista para o campo republicano.

Clinton foi o mediador da Cúpula de Camp David, em julho de 2000, que teve como protagonistas Ehud Barak, primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat, chefe da OLP, Organização de Libertação da Palestina. Em sua autobiografia, Clinton se refere ao comportamento de Arafat durante as reuniões em Camp David de forma crítica e aponta o palestino como o principal responsável pelo fracasso das negociações. Escreve que Arafat foi incapaz de dizer sim, mesmo quando recebeu uma proposta que atendia às suas principais demandas. Barak lhe ofereceu a devolução de 96% da Cisjordânia, a totalidade da Faixa de Gaza e a capital do futuro Estado Palestino em Jerusalém Oriental. Segundo Clinton, naquele momento crucial, Arafat preferiu manter sua condição de líder de uma causa em vez de assumir a responsabilidade de governar um Estado.

Para Clinton, Arafat cometeu um "erro colossal de proporções históricas". Há 25 anos, quando fazia as malas para deixar a Casa Branca, Clinton recebeu um telefonema de despedida de Arafat, que lhe disse: "O senhor é um grande homem". Respondeu de forma desconcertante: "Eu não sou um grande homem. Sou um fracasso, e isto eu devo ao senhor".

Depois de Camp David, Arafat justificou de diversas maneiras sua atuação negativa nas negociações, até dizer a verdade numa entrevista: "Se eu aceitasse a proposta de Israel, seria assassinado pela Irmandade Muçulmana como aconteceu com Sadat".

O temor de Arafat fazia sentido. Há quase 100 anos, a Irmandade Muçulmana exerce influência, de forma clandestina, em vasta porção do planeta que se estende desde a Argélia, no norte da África, ao Irã, ao Iraque, até corteja o Talibã no Afeganistão. Na Faixa de Gaza, a Irmandade tem há décadas o Hamas como braço armado, situação vigente neste começo de 2026.

A ligação entre o Hamas e a Irmandade Muçulmana é histórica, religiosa e ideológica. O Hamas foi criado por membros da Irmandade em 1987, depois da Primeira Intifada. Foi por imposição da Irmandade que o Hamas assumiu, em sua Carta de Constituição, a determinação explícita da destruição de Israel. Essa almejada investida militar teve como base o dogma que o islamismo havia sufocado o judaísmo e, portanto, uma nação judaica não tinha razão de existir.

Essa convicção está na raiz de todas as negativas palestinas para conviver com Israel. Em 2017, o Hamas emitiu um documento no qual se apresentou apenas como um movimento de libertação nacional islâmico palestino, omitindo a submissão à Irmandade. Mas, agora, ao repelir o desarmamento, que resultaria na viabilidade da criação de um Estado Palestino ao lado de Israel, o Hamas continua fiel ao radicalismo negativista. Seu vínculo ideológico com a Irmandade Muçulmana permanece intacto e inamovível.

Quarto branco do *BBB*, mais do que um erro criativo, um erro ético

» MOACYR DE OLIVEIRA FILHO
Jornalista, diretor de Jornalismo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

O chamado quarto branco do *Big Brother Brasil*, que submeteu seus participantes a mais de 120 horas de confinamento extremo, ultrapassa de forma inequívoca qualquer limite aceitável de entretenimento. O que foi apresentado ao público como uma simples "dinâmica psicológica" ou um teste de resistência emocional aproxima-se perigosamente de práticas historicamente reconhecidas como desumanas e cruéis, evocando a memória da chamada "geladeira", método utilizado pelos órgãos de repressão da ditadura militar brasileira, em especial no Doi-Codi do Rio de Janeiro, que funcionou no Quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita, na Tijuca.

Um espaço completamente branco, sem referências visuais, sem variação cromática, sem estímulos sensoriais relevantes e sem qualquer noção clara da passagem do tempo não é apenas desconfortável ou entediante. Trata-se de uma forma clássica de privação sensorial, reconhecida por estudos psicológicos e por organismos internacionais de direitos humanos como técnica associada à tortura psicológica. Não se trata, portanto, de exagero retórico ou comparação leviana, mas de um paralelo ético incontornável. A tortura não se define apenas pela violência física direta; ela se manifesta também na desorientação mental, na quebra da percepção do tempo, na perda de referências e na anulação progressiva do sujeito.

"A proposta do quarto branco é levar os participantes ao limite, aumentando a pressão psicológica e a tendência a decisões impulsivas à medida que o tempo passa", explicou a Rede Globo.

Em depoimentos reunidos pelo projeto Brasil Nunca Mais, presos políticos descreveram assim a "geladeira", um dos modos de tortura usados pela ditadura: "Havia um excesso de sons que pareciam sair do teto, muito estridentes, dando a impressão de que os ouvidos iam arrebentar"; "Naquela sala havia sons estridentes, ensurdecedores, capazes até de produzir a loucura"; "No teto dessa sala, existia uma lâmpada fortíssima. Ao ser fechada a porta, ligavam produtores de ruídos cujo som variava do barulho de uma turbina de avião a uma estridente sirene de fábrica".

Historicamente, a privação sensorial foi empregada como método para enfraquecer resistências, induzir sofrimento psíquico intenso e produzir submissão. Ao reproduzir elementos centrais dessa prática em um programa de entretenimento, exibido em horário nobre, a televisão contribui para a banalização da tortura, transformando em espetáculo aquilo que, para milhares de brasileiros, foi instrumento real de perseguição política, dor profunda e, em muitos casos, morte. O sofrimento imposto deixa de ser reconhecido como violência e passa a ser consumido como curiosidade, jogo, experiência extrema ou prova de resistência.

Essa banalização torna-se ainda mais grave quando praticada por uma emissora que opera por meio de concessão pública. A televisão aberta não é um empreendimento privado comum: ela ocupa o espaço público, utiliza um bem público — o espectro eletromagnético — e, por isso, carrega responsabilidades sociais, éticas e históricas proporcionais ao seu alcance e influência. Não se pode admitir que, em nome da audiência ou da inovação narrativa, práticas que remetem a métodos de exceção sejam normalizadas, estetizadas ou tratadas como entretenimento legítimo.

Ao flertar com dispositivos que evocam a tortura, a televisão não apenas desrespeita a memória histórica do país, como, também, contribui para relativizar crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura militar. Trata-se de um gesto simbólico perigoso, que enfraquece o compromisso coletivo com o "nunca mais" e transforma o sofrimento humano em recurso narrativo descartável, desprovido de contexto, responsabilidade e empatia.

Uma emissora que ocupa o espaço público tem o dever de informar, entreter e respeitar. Jamais de reproduzir, ainda que de forma disfarçada ou espetacularizada, práticas que remetem à tortura. Ao fazê-lo, incorre em algo que não pode ser naturalizado: uma forma de apologia à tortura, o que configura crime. O quarto branco não é apenas um erro criativo ou uma escolha infeliz da produção do programa. Mais do que isso, é um erro ético, que exige crítica pública, reflexão e responsabilização.

O Ministério Público, o Ministério de Direitos Humanos e entidades de defesa dos direitos humanos deveriam se manifestar.